



Diálogos

ISSN 2177-2940



Do Paraná ao Paraguai: o espaço fronteiriço e a transfronteirização da DOPS/PR (1940)

<https://doi.org/10.4025/dialogos.v26i2.59669>

Micael Alvino Silva

<https://orcid.org/0000-0001-5113-5106>

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Foz do Iguaçu-PR, BR E-mail: micaelp@gmail.com

From Paraná to Paraguay: the border area and the transfrontierization of DOPS/PR (1940)

Abstract: The Ponte da Amizade, located in the Tri-Border Area (Argentina, Brazil and Paraguay), has been the main crossing between Brazil and Paraguay since the final decades of the 20th century. The objective of this article is to historicize this frontier in the period before the construction of the bridge, more specifically in the beginning of the 1940s. The starting point of the analysis is the dossier “Political fugitives for the Republic of Paraguay” of DOPS/PR. Two arguments will be defended: western Paraná in the 1940s was not a viable route for political fugitives; and DOPS/PR became a reference in gathering information on political exiles in Paraguay.

Key words: History; International Relations; Brazil-Paraguay; Tri-Border Area; DOPS.

De Paraná a Paraguai: la zona fronteriza y la transfronterización del DOPS/PR (1940)

Resumen: El Puente de la Amistad, ubicado en la región de la Triple Frontera (Argentina, Brasil y Paraguay), ha sido el principal cruce entre Brasil y Paraguay desde las últimas décadas del siglo XX. El objetivo de este artículo es historizar esta frontera en el período anterior a la construcción del puente, más específicamente a principios de la década de 1940. El punto de partida del análisis es el proceso policial “Fugitivos políticos para la República del Paraguay” de la DOPS/PR. Se defenderán dos argumentos: el oeste de Paraná en la década de 1940 no era una ruta viable para los fugitivos políticos; y la DOPS/PR se convirtió en un referente en la recopilación de información sobre exiliados políticos en Paraguay.

Palabras clave: Historia; Relaciones Internacionales; Brasil-Paraguay; Triple Frontera; DOPS.

Do Paraná ao Paraguai: o espaço fronteiriço e a transfronteirização da DOPS/PR (1940)

Resumo: A Ponte da Amizade, localizada na região da Tríplice Fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai), é a principal travessia entre o Brasil e o Paraguai desde as décadas finais do século XX. O objetivo desse artigo é historizar essa fronteira no período anterior à construção da ponte, mais especificamente no início dos anos 1940. O ponto de partida da análise é o dossiê “Fugitivos políticos para a República do Paraguai” da DOPS/PR. Dois argumentos serão defendidos: o oeste do Paraná na década de 1940 não era uma rota viável para fugitivos políticos; e a DOPS/PR se tornou referência no levantamento de informações sobre exilados políticos no Paraguai.

Palavras-chave: História; Relações Internacionais; Brasil-Paraguai; Tríplice Fronteira; DOPS.

Recebido em: 14/06/2021

Aprovado em: 02/09/2021

Na história das relações internacionais entre o Brasil e o Paraguai, especialmente após o término da Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870), a fronteira pode ser compreendida a partir de dois espaços. Tendo Asunción como referência, a fronteira norte se estende do rio Paraguai até Salto Del Guayrá, e faz divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul. A fronteira leste se estende de Salto Del Guayrá até a foz do rio Iguaçu. Nessa fronteira leste, o rio Paraná divide o território

paraguaio do território brasileiro, que corresponde ao oeste do Estado do Paraná, da cidade de Guaíra à cidade de Foz do Iguaçu. Dentro desse escopo, encontra-se uma região fronteiriça localizada na confluência entre a Argentina, o Brasil e o Paraguai denominada Tríplice Fronteira. Trata-se de “um dos mais dinâmicos e influentes espaços da América Latina” (BLANC e FREITAS, 2018, p. 16).

No início do século XXI, a Tríplice Fronteira abriga em torno de 1 milhão de habitantes distribuídos nas cidades de Foz do Iguaçu (Brasil), Puerto Iguazú (Argentina) e Ciudad del Este (Paraguai) (SILVA, 2018). Também se pode destacar a importância contemporânea e histórica em torno das atividades turísticas compartilhadas principalmente por Brasil e Argentina (Parque Nacional e Cataratas do Iguaçu); das atividades comerciais (tanto regionais quanto da zona franca de Ciudad del Este); e da produção de energia elétrica compartilhada por Brasil e Paraguai por meio da usina hidrelétrica de Itaipu Binacional. Tendo como perspectiva a Tríplice Fronteira, o objetivo desse artigo é analisar o espaço fronteiriço compartilhado entre o Brasil e o Paraguai no início da década de 1940.

Analisar as relações fronteiriças brasileiro-paraguaias é um desafio, considerando o recorte espacial e temporal proposto. Em termos espaciais, o principal ponto de contato do Paraguai com o Brasil, antes da abertura da Ponte da Amizade (1965) ocorria pela fronteira norte. As importações e exportações do Paraguai circulavam pela Bacia do Rio da Prata, via portos argentinos. A região portuária sobre o rio Paraná e mais próxima da Tríplice Fronteira era Encarnación/Posadas (lados paraguaio e argentino, respectivamente), distante cerca de 300 quilômetros da foz do rio Iguaçu. Em termos temporais, a década de 1940 representa um período de baixa intensidade de contato entre brasileiros e paraguaios no território fronteiriço, especialmente na fronteira leste. A baixa interação não impediu que, em nível nacional e institucional, fossem lançadas as bases para futuras negociações de projetos de integração física e energética entre o Brasil e o Paraguai.

No contexto geopolítico do início do final da década de 1930 e início da década de 1940, uma das diretrizes da política externa do Brasil era superar Argentina como influência regional na América do Sul (BANDEIRA, 2010). Coincidiu com essa diretriz a proposição paraguaia de diminuir a dependência dos portos argentinos para seu comércio internacional. Nesse sentido, a visita do então presidente Getúlio Vargas à Asunción, em 1941, e a assinatura de acordos bilaterais diversos não foi somente simbólico ou protocolar. Ainda que naquele momento não se dispusesse dos recursos materiais para a execução, se evidenciou o desejo de construir uma rota terrestre para que o Paraguai pudesse acessar o litoral do Brasil (DORATIOTO, 2014). Demorou cerca de três décadas para esse desejo se tornasse realidade, com a conclusão de estradas pavimentadas de ambos os lados da fronteira, conectando Asunción ao porto de Paranaguá pela Ponte da Amizade. Essa

virada do Paraguai em direção ao Brasil e em detrimento da Argentina marcou o início de uma nova etapa na história política do Paraguai (CHESTERTON, 2018; YEGROS e BREZZO, 2013).

Para historicizar a fronteira na década de 1940, esse artigo propõe uma análise a partir dos documentos da extinta Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS/PR). Sob a guarda do Arquivo Público do Paraná (APP), em Curitiba, o acervo permite lançar algumas luzes sobre um período que antecede à dinâmica contemporânea da região da Tríplice Fronteira. Mais especificamente, no artigo se propõe um argumento segundo o qual a fronteira Brasil-Paraguai (leste do Paraguai e oeste do Paraná), se tornou alvo da polícia política que passou a compreender aquele espaço como possível rota de fuga “fugitivos políticos para a República do Paraguai”.¹ Ao explorar esse argumento, pontua-se dois objetivos específicos. O primeiro é contextualizar a região fronteiriça em uma temporalidade distinta daquela que se instituiu a partir da década de 1950. O segundo é compreender como a DOPS/PR se tornou referência no levantamento de informações sobre os “fugitivos políticos” que residiam no Paraguai.

Para atender aos objetivos elencados, esse artigo está dividido em três partes. Essas partes priorizam discussões sobre historiografia e as fontes; a condição de fronteira do leste do Paraguai e oeste do Paraná; e a transfronteirização da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná. No que se refere à historiografia, são apontadas as produções sobre a Tríplice Fronteira a partir da perspectiva histórica. Em relação às fontes, será detalhado o Dossiê número 1022 (“Fugitivos políticos para a República do Paraguai”) e as fontes da DOPS/PR como referência privilegiada para o estudo daquela fronteira durante os anos 1940. Na segunda seção, a partir da busca pela identidade de um fugitivo para o Paraguai, será analisado o dossiê 1022 em sua dimensão local, explicitando as dificuldades de acesso terrestre pela rota Laranjeiras-Foz do Iguaçu, a permeabilidade da fronteira e a articulação da polícia. Na última seção, será analisada a dimensão internacional evidenciada pelo referido dossiê e como a DOPS/PR se tornou referência em relação a exilados brasileiros no Paraguai.

A historiografia e o dossiê 1022

O termo tríplice fronteira pode ser compreendido como uma designação geográfica que se aplica ao ponto de confluência entre Argentina, Brasil e Paraguai. Mais do que um termo, a Tríplice Fronteira (como substantivo próprio) é também um conceito que está associado às relações sociais e a representações construídas sobre aquela região no tempo presente. Sobretudo a partir de 11 de setembro de 2001, abundaram informações na grande mídia associando a região aos problemas da globalização, mais especificamente ao terrorismo. Foi esse marco despertou o interesse acadêmico,

1 Dossiê “Fugitivos políticos para a República do Paraguai”, Prontuário 1022, Caixa 122, DOPS/PR, APP.

especialmente de antropólogos e internacionalistas (SILVA, 2021b).

Os historiadores também se apresentaram para contribuir com a temática, a partir de balizas espaciais e temporais distintas das análises antropológico-internacionalistas. Considerando uma espacialidade não restrita ao ponto de confluência entre os três países, alguns historiadores chamam a atenção para a região no período colonial e para o contexto de projetos desenvolvimentistas do século XX (LEWIS, 2006; SILVA, 2015; BLANC e FREITAS, 2018). Assim, a Tríplice Fronteira contemporânea “povoada com colonos, em grande parte desmatada, seus rios atrás de altas barragens, parte de uma zona econômica transnacional (Mercosul)”, também é um espaço de preservação ambiental (Parques Nacionais) e “entrecruzada por rodovias e pontes e permanece também um lugar de memória histórica e alteridade contemporânea nos caminhos nômades dos Guaranis” (FRANK, 2018, p. ix).

No âmbito dessa historiografia que considera o contexto mais amplo de análise, um trabalho pioneiro foi publicado na década de 1980. O livro de Ruy Wachowicz (1982) é referência básica não somente para a história do oeste do Paraná (como originalmente o autor propunha), mas também para essa mais recente perspectiva histórica sobre a Tríplice Fronteira. Trata-se do primeiro livro que considerou intrínsecas as conexões internacionais tanto no território quanto no âmbito da política e da cultura. Para o autor, havia uma história (que poderíamos classificá-la como transnacional) de exploração da erva-mate sob o sistema de *obrages* que ocorria em todo o território mais amplo que englobava a Argentina, o Brasil e o Paraguai.

Mais recentemente, alguns historiadores têm igualmente se ocupado de compreender outros processos transnacionais. Assim como Wachowicz, Jacob Blanc (2019) dedicou-se ao período anterior à formação do lago de Itaipu, tendo como foco os processos históricos que foram consequência de políticas bilaterais (Brasil-Paraguai) em torno da questão energética. Blanc conectou a história da Itaipu Binacional à problemática agrária (sem terra, posseiros, indígenas) e ao que chamou de visibilidade do Brasil rural. Frederico Freitas (2021), por sua vez, dedicou-se a analisar outro processo transnacional, a saber, a criação e consolidação dos parques nacionais dos lados argentino e brasileiro da Tríplice Fronteira. Freitas argumenta que os parques foram criados como estratégia geopolítica nacionais, destacando-se nesse processo a rivalidade Brasil-Argentina e também como estratégia de ambos para demarcação de seu respectivo território.

Ainda sobre a perspectiva histórica, uma publicação recente ajuda a problematizar a periodização sobre a história do tempo presente na Tríplice Fronteira. Para Marcelino Lisboa e Fátima Martínez, os processos históricos que culminaram no que é a Tríplice Fronteira hoje tiveram origem no início da segunda metade do século XX. Esse argumento se baseia em uma “conjuntura crítica” que ocorreu nos anos 1950, levando o Brasil e o Paraguai a aproximarem-se, através de

acordos políticos e de concretização de obras de infraestrutura viárias (entre 1954 e 1961: Rodovia de Coronel Oviedo até Ciudad del Este; Ponte da Amizade; Entreposto franco em Paranaguá; zona franca em Ciudad del Este). Essa conjuntura recebeu um “auto reforço” entre 1960-1990, com a conclusão das obras de Itaipu Binacional, da Ponte Tancredo Neves, da BR-277. Nesse sentido, “A Tríplice Fronteira se caracteriza como uma região que apresenta condições econômicas, sociais e políticas decorrentes de um processo [histórico] iniciado nos anos 1950” (LISBOA e MARTÍNEZ, 2021, p. 21).

Ao refletir sobre a globalização no contexto contemporâneo, Eric Hobsbawm definiu a história como sendo o “processo de mudanças na vida e na sociedade humana e o impacto que os homens impõem ao meio ambiente global” (HOBSBAWM, 2007, p. 36). No caso da Tríplice Fronteira, grandes mudanças sociais e impactos no meio ambiente podem ser indicados a partir da década de 1950. Inclusive, a sobreposição de projetos de infraestrutura levou a uma maior atenção ao projeto de Itaipu (obra faraônica), relegando ao segundo plano a concretização do acesso paraguaio ao mar na conclusão da Ponte da Amizade (obra de importância vital para o desenvolvimento regional e para o Paraguai contemporâneo) (SILVA e DIAS JUNIOR, 2019).

Particularmente, o processo histórico que se pretende analisar nesse artigo remete-se à década anterior àquela caracterizada pela “conjuntura crítica”. Para os conhecedores da condição contemporânea, essa proposta lança questionamentos sobre a condição histórica da fronteira brasileiro-paraguaia na região da Tríplice Fronteira antes do início da “conjuntura crítica”. Em outras palavras, como podemos compreender essa fronteira no momento em que as relações bilaterais em fase inicial? Uma possível resposta pode ser formulada a partir das fontes da polícia política do Paraná, considerando que o acervo da DOPS/PR abriga “as principais fontes primárias sobre a região no início dos anos 1940” (SILVA, 2021a, p. 20). Desse recorte e desse acervo destaca-se o já mencionado processo número 1022, sobre os fugitivos políticos para o Paraguai.

O prontuário 1022 é um, dentre as centenas de dossiês da DOPS/PR, e o único que tem o Paraguai no título. Também chama a atenção por ser uma pasta de sujeitos indefinidos, a saber, os “fugitivos”. Apesar desses sujeitos estarem no plural e, ao final da leitura da documentação ficar claro o motivo dessa nomenclatura, a maior parte dos documentos se refere a um fugitivo específico. Em ordem cronológica, os registros iniciam em 23/11/1940, quando o Delegado Regional de Foz do Iguaçu, Capitão Blassi, enviou um telegrama para Curitiba a fim de solicitar ajuda das delegacias de Guarapuava e Ponta Grossa. O policial soube que um homem desconhecido havia sido transportado em um caminhão e atravessou clandestinamente a fronteira para o Paraguai. O Delegado Regional tinha poucas informações além da “Chapa 41.502” do caminhão e do fato de

que o fugitivo tinha aproximadamente “quarenta anos” e altura de “um metro e setenta e cinco”.²

Atendendo ao pedido solicitado, o Delegado Regional de Guarapuava efetuou a prisão do motorista (Mauricio Jauquim) e de seu ajudante (Argemiro Regos Serafim) no dia 29/11/1940.³ Os presos, assim como uma carta apreendida e endereçada à Curitiba, escrita pelo fugitivo desconhecido quando já estava do lado do Paraguai (porto Curupaity), foram enviados à capital no dia 9/12/1940.⁴ Do dia 9 ao dia 10 de dezembro de 1940, inspetores e investigadores da Polícia Civil do Paraná se revezaram em frente ao número 255 da rua Nunes Machado em Curitiba onde residia a destinatária da carta de Curupaity (Hermínia Franco Mendes). O objetivo era monitorar as pessoas que chegavam e saíam da residência para a qual a carta apreendida em Guarapuava fora endereçada.⁵ Uma nova prisão foi feita em Guarapuava no dia 12/12/1940. O Delegado Regional prendeu Jacó Cavagnari, “hoteleiro [de] Laranjeiras [por] ter desobedecido minhas intimações para prestar declarações”. O objetivo do policial era questionar o motivo pelo qual o hoteleiro “não ter exigido [ao] fugitivo político [que] passou para República [do] Paraguai [que] assinasse [o] livro de hóspedes”.⁶

Após os interrogatórios de todas as pessoas citadas, um Superintendente não identificado (possivelmente Albino Raschendorfer), elucidou a identidade do fugitivo. Tratava-se de Thadeu Teixeira Alves, um nome que será referência em quase todos os documentos do dossiê 1022.⁷ De acordo com o Inspetor, Thadeu foi “condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional, por infração de lei de economia popular, a 6 anos de prisão, num processo oriundo de S. Paulo”.⁸

Do ponto de vista de uma fonte histórica, temos um processo completo, desde sua motivação pela Delegacia Regional de Foz do Iguaçu, passando pela colaboração da Delegacia Regional de Guarapuava até a conclusão pela DOPS em Curitiba. Também temos os autos de declaração das pessoas envolvidas (motorista, ajudante, hoteleiro e destinatária da carta), além da identidade do fugitivo e o motivo pelo qual empreendeu a fuga. Todos esses elementos, contudo, dizem respeito a uma prática policial comum. O que torna esse processo único e interessante do ponto de vista histórico são as possibilidades de compreensão de, ao menos, dois aspectos associados à condição de fronteira: a descrição do lugar e a internacionalização da DOPS. A seguir, os autos de declaração serão analisados a fim de que se possa reunir informações sobre como era a fronteira Paraná-

2 Rádio nº 53, 23/11/1940, Prontuário 1022, DOPS/PR, APP.

3 Rádio nº 91, 29/11/1940, Prontuário 1022, DOPS/PR, APP.

4 Ofício nº 558, 09/12/1940, Prontuário 1022, DOPS/PR, APP.

5 Relatório do Inspetor nº 23, 09/12/1940; Relatório do Inspetor nº 24, 09/12/1940, Prontuário 1022, DOPS-PR, APP.

6 Rádio nº 40, 12/12/1940, Prontuário 1022, DOPS-PR, APP.

7 Apesar disso, o dossiê 1022 não é uma pasta pessoal de Thadeu Teixeira Alves. No acervo da DOPS/PR há uma pasta pessoal em seu nome, com documentos que se referem aos processos pelos quais foi condenado no TSN. Ver: Prontuário 1326, DOPS/PR, Arquivo Público do Paraná.

8 Parte Reservada s/nº, 22/12/1940, Prontuário 1022, DOPS/PR, APP.

Paraguai no início da década de 1940. Os depoentes, cada qual tentando defender-se e dissociar-se do condenado e fugitivo, trarão à luz versões sobre a viagem e as instruções que deram ao viajante em fuga.

A polícia civil e o espaço fronteiriço

A fim de contextualização, é importante ressaltar que Thadeu Teixeira Alves não era um perseguido político. Em sua pasta pessoal, encontra-se o relatório de um inquérito policial datado de 23 de outubro de 1939 e concluído pela Delegacia Auxiliar de Curitiba. Foi esse inquérito que originou a condenação pelo Tribunal de Segurança Nacional em 20 de setembro de 1940. O condenado foi diretor da construtora ENDECS, fundada em 1936, na cidade de Ponta Grossa. O delegado Alfredo Pinheiro Junior concluiu que a empresa teve “uma existência flagrantemente criminosa, mercê da má fé com que agiu um de seus diretores”. Thadeu foi considerado como “figura principal neste inquérito”.⁹

Uma das testemunhas ouvidas no inquérito de 1939 declarou que contratou os serviços da ENDECS para a “construção de duas casinhas de madeira”. Por alguma razão, Alberto Gonçalves Fraco resolveu desistir do serviço, mas foi informado de que receberia parcelado o dinheiro que havia pago à vista. Um dos motivos era que a ENDECS supostamente já havia comprado o terreno para a construção. Thadeu, “com as suas lábias, demonstrando as vantagens que o depoente teria” convenceu Alberto a assinar outro contrato. Alberto, que não sabia ler e mal assinava seu próprio nome, “julgou que as cláusulas contidas no mesmo estivessem de conformidade com o que havia combinado com aquele”. Por fim, “dias depois”, Alberto soube que o terreno não havia sido comprado e “suas casinhas jamais deixaram de ser simples projeto”.¹⁰

Considerando esse processo da ENDECS, quando revelada a identidade do fugitivo, a DOPS-PR registrou uma breve biografia de Thadeu Teixeira Alves. Para o Superintendente que assinou um documento intitulado “parte reservada”, tratava-se de “um indivíduo extremamente insinuante, inteligente, de porte altivo, muito delicado na conversa, qualidades estas que facilitam bastante sua vida como chantagista”. Nos autos de declaração que constam do processo 1022, as informações sobre a pessoa que fugira ao Paraguai são bastante conflitantes.

Thadeu perguntou ao motorista Mauricio Jauquim se ele conhecia o Doutor Linhares Lacerda. Como a resposta foi negativa, “o homem dissera que era o Doutor Lacerda”. Mauricio presenciou menções de Thadeu a “altas personalidades do cenário político do Paraná e do Brasil”

9 Relatório do Inquérito Policial Procedido pela Delegacia do 4º Distrito de Curitiba, a respeito da Empresa Nacional de Comércio e Construções do Sul S.A. Prontuário 1326, DOPS/PR, APP.

10 Relatório do Inquérito Policial Procedido pela Delegacia do 4º Distrito de Curitiba, a respeito da Empresa Nacional de Comércio e Construções do Sul S.A. Prontuário 1326, DOPS/PR, APP.

como Afonso Camargo, Manuel Ribas e Getúlio Vargas.¹¹ O ajudante de motorista, Argemiro Regos Serafim, se referiu ao então homem que lhe era desconhecido como “parece ser pessoa bastante culta e muito amável na conversa”.¹² Já Hermínia Franco Mendes, a destinatária da carta escrita em Curupaity, a partir da qual o motorista supostamente receberia seu pagamento, declarou que Thadeu era casado “por contrato” com sua filha, que por sinal ficou bastante surpresa que “seu marido havia escrito uma carta para ela”, e que não conhecia “pessoa alguma referida na carta”.¹³

O exame da testemunha do processo da ENDECS e os autos de declarações mencionados indicam que o motorista Mauricio Jauquim não iria receber por ter levado em seu caminhão aquele a quem chamava de Doutor Lacerda. Era um desfecho inesperado, já que ambos haviam “combinado aquele serviço pela importância de três contos de réis”.¹⁴ O momento chave para esse combinado ocorreu em Laranjeiras, uma localidade distante cerca de 400 quilômetros da capital Curitiba, mais especificamente no dia 13 de novembro de 1940, no hotel de Jacó Cavagnari.

Jacó foi citado quatro vezes no depoimento de Mauricio Jauquim. Primeiro, aparece como proprietário de um estabelecimento de hospedagem. Segundo, por ter tido conversas reservadas com o suposto Doutor Lacerda. Também teria fornecido detalhes do trajeto até Foz do Iguaçu e, por fim, “dissera que podia fazer [a viagem] sem receio” assegurando que o motorista receberia o valor que fosse combinado.¹⁵ Com base nessas citações, foi intimado a comparecer na Delegacia Regional de Guarapuava para prestar esclarecimentos. O não atendimento a esse pedido motivou sua prisão e escolta para Curitiba.¹⁶ Na tentativa de se desvencilhar do caso, Jacó Cavagnari declarou que somente soube do nome do suposto Doutor Lacerda por intermédio do motorista Mauricio Jauquim. Mais do que isso, a viagem à Foz do Iguaçu foi um combinado exclusivo entre seus hóspedes. A versão que Jacó contou sobre o então fugitivo desconhecido foi diferente das anteriores e começa a nos situar nas relações fronteiriças regionais.

Thadeu chegou no hotel de Jacó no dia 11 de novembro, vindo de Guarapuava. O percurso de São Paulo à Guarapuava foi feito com um automóvel referido nos autos apenas como uma “limusine” preta. No dia seguinte, se apresentou a Jacó como “fiscal do Instituto do Mate” e teria como destino a Companhia Mate Laranjeira, com sede em Guaíra. Para chegar até lá, Thadeu consultou “se não era possível conseguir um cavalo e uma carrocinha”. Para mudar sua sorte, Mauricio Jauquim chegou ao estabelecimento e com ele veio a oportunidade de chegar até a

11 Auto de declarações prestadas por Mauricio Jauquim, 06/12/1940, Prontuário 1022, DOPS/PR, APP.

12 Auto de declarações prestadas por Argemiro Regos Serafim, 23/12/1940, Prontuário 1022, DOPS/PR, APP.

13 Auto de declarações prestadas por Hermínia Franco Mendes, 28/12/1940, Prontuário 1022, DOPS/PR, APP.

14 Auto de declarações prestadas por Mauricio Jauquim, 23/12/1940, Prontuário 1022, DOPS/PR, APP.

15 Auto de declarações prestadas por Mauricio Jauquim, 06/12/1940, Prontuário 1022, DOPS/PR, APP.

16 Ofício nº 508, 13/12/1940, Prontuário 1022, DOPS/PR, APP.

fronteira de caminhão.¹⁷

Para o motorista do caminhão, que ao prestar seu depoimento na política já imaginava que não receberia os três contos de réis, era importante deixar claro que o motivo pelo qual aceitou o transporte era exclusivamente financeiro. No entanto, admitiu saber que seu cliente havia abertamente falado sobre o motivo da fuga. Para Mauricio, a narrativa mais conveniente era aquela, segundo a qual, o suposto Dr. Lacerda não cometera “crime algum, que apenas estava sendo perseguido por política”.¹⁸ Jacó Cavagnari, por sua vez, não endossou essa versão e ressaltou que acreditava estar diante de um funcionário público e não de um condenado pelo TSN. As narrativas são conflitantes, mas a versão de “fiscal do Mate” nos revela alguns aspectos significativos daquela que foi a principal atividade econômica de toda a região (incluindo no Paraguai e na Argentina) desde o final do século XIX.

Quando supostamente se apresentou como funcionário do Estado, Thadeu teria ouvido de Jacó Cavagnari que de Laranjeiras “para seguir a Guaíra seria mais fácil por Porto Epitácio”, em São Paulo. Na época, a erva-mate era o principal produto econômico da região e um fiscal receberia tratamento diferenciado onde quer que chegasse. O fiscal, que há pouco pedira um cavalo e uma carroça, respondeu “que veio por Laranjeiras, porque pretendia montar postos de [fiscalização] de erva mate na zona e por isso queria ver os ervais”. Parece uma resposta satisfatória para a narrativa, mas o ponto a se destacar é a rota por São Paulo, sugerida pelo hoteleiro.¹⁹ Em termos de distância, Laranjeiras de Guaíra tem aproximadamente 300 quilômetros, enquanto que Porto Epitácio é praticamente o dobro. Por que Jacó faria essa indicação? Como mencionado, um fiscal do Mate era uma personalidade. Seguindo por São Paulo, encontraria um caminho mais trafegável, mais veículos e facilidade de transporte. A rota menos indicada era via Cascavel e Foz do Iguaçu, para então tomar um barco rumo a Guaíra.

Desse ponto em diante até o final dessa seção do artigo, exceto quanto indicado o contrário, as informações e as citações são de um único documento: o Auto de Declarações de Mauricio Jauquim.²⁰ É importante analisar esse documento com cuidado porque ao longo das quatro páginas, o depoente reforça o argumento segundo o qual levou o viajante de Laranjeiras a Foz do Iguaçu com o único intuito de receber “3 contos de réis” pela corrida. O motorista ainda esclarece que não evitou o encontro com as autoridades e que acreditava estar levando à fronteira um perseguido político, não um possível criminoso. Em sua defesa, Mauricio revelou detalhes da viagem pelo oeste do Paraná e como se fazia para cruzar a fronteira tanto de modo legal quanto ilegal em

17 Auto de declarações prestadas por Jacó Cavagnari, 23/12/1940, Prontuário 1022, DOPS/PR, APP.

18 Auto de declarações prestadas por Mauricio Jauquim, 06/12/1940, Prontuário 1022, DOPS/PR, APP.

19 Auto de declarações prestadas por Jacó Cavagnari, 23/12/1940, Prontuário 1022, DOPS/PR, APP.

20 Auto de declarações prestadas por Mauricio Jauquim, 06/12/1940, Prontuário 1022, DOPS/PR, APP.

novembro de 1940.

Em 1940, ser motorista (o nome oficial da ocupação era chauffeur) e ter um caminhão não era muito comum. Mauricio nasceu em Porto Alegre e, graças ao seu esforço de comprovar sua identidade e idoneidade à polícia, sabemos que estava prestes a se casar.²¹ Por uma nota de oficina, sabemos que seu caminhão era um Chevrolet Tigre, possivelmente ano 1934. Para dirigir, era necessário obter junto à prefeitura uma carteira de chauffeur, um livreto semelhante a um passaporte. Nele constava qualificação tanto do motorista quanto do veículo. No hotel de Jacó Cavagnari, Mauricio não era o único motorista. Ele indica que havia também um “motorista do Estado”, que dirigia o automóvel “do engenheiro que está fazendo o novo traçado da estrada de Foz do Iguaçu”.

A declaração nos leva a concluir que a estrada entre Laranjeiras e Foz do Iguaçu estava, ao menos parcialmente, em obras.²² Isso não fazia muita diferença para Mauricio, pois, ele não conhecia o trajeto. Quando estava em vias de ser convencido de levar o suposto Dr. Lacerda para atravessar a fronteira, Mauricio perguntou a Jacó qual a distância do trajeto. Soube que era algo próximo de “setenta léguas”, o que equivaleria a 330 quilômetros. Combinado o preço pelo serviço e que uma parte seria recebida posteriormente em Curitiba, a viagem iniciou no dia 13 de novembro, às 23 horas.

O trajeto todo durou três dias, sendo possível dividi-lo em três partes: de Laranjeiras à Cascavel; de Cascavel à um local próximo da fronteira; desse local à barranca do rio Paraná. De Laranjeiras à Cascavel foi realizado aproximadamente metade de todo o percurso, em aproximadamente 14 horas de viagem. Um detalhe interessante é que em Cascavel os viajantes, sob circunstâncias não relatadas, carregaram o caminhão de erva-mate “pertencente a Gregório Dotto”. Esse frete pode ter sido uma mera conveniência, mas também pode ter sido uma forma encontrada para evitar especulações. Seja como for, Mauricio descreve que às vésperas de atravessar e já quase na margem do rio Paraná, os viajantes encontraram com “três praças da força policial do Estado”. A carga de erva-mate foi extremamente útil pois pediram informações aos policiais sobre “a estrada para a casa de Gregório Dotto”. Possivelmente a sorte do fugitivo teria sido outra se a carroceria do caminhão estivesse vazia.

De Cascavel a um local identificado apenas como residência de João Correa, mas próximo da fronteira com o Paraguai na altura do porto Bela Vista, a viagem durou das 19 horas do dia 14 às 21 horas do dia 15. Foram aproximadamente 26 horas de viagem nesse trecho, que contou também

21 Além de cartas familiares, há uma declaração de que ele e a senhorita Esther de Andrade “são solteiros, não são parentes e não há impedimento conhecido que os iniba de casar um com o outro”, 03/11/1940, Prontuário 1022, DOPS/PR, APP.

22 Ver também Silva (2021, p. 78).

com o “caminhão encalhado durante a noite”. Jantaram e saíram da casa de João Correa por volta da meia-noite, em direção à barranca do rio Paraná onde chegaram às 2 horas da madrugada do dia 16. Só faltava atravessar a fronteira.

Quando chegaram à casa de João Correa, depois de uma amistosa conversa que envolveu até o nome ex-governador Afonso Camargo, o fugitivo questionou “onde era um ponto que podia passar para o Paraguai e se precisava de documentação”. A resposta obtida foi que “era muito fácil”, sendo recomendado dois lugares. Um “pouco adiante de Foz do Iguaçu” (possivelmente Bela Vista) e outro um pouco mais à frente, possivelmente aquele que ficava em frente ao porto paraguaio de Curupaity.²³

Com as informações, os viajantes rumaram para o porto Bela Vista. No caminho encontraram “um paraguaio ou argentino”, a quem o fugitivo pediu ajuda para passar para o Paraguai “sem documentação”. Apesar da ajuda, no primeiro porto não deu certo. O passador recusou sob o argumento de ter “alugado sua chalana para alguns pescadores”. De acordo com a versão policial, também houve uma tentativa de “subornar o passador oficial Evaldo Cony, brasileiro”.²⁴ A passagem foi concluída no ponto em frente ao porto paraguaio de Curupaity aproximadamente às 5 horas da manhã, e custou “dez mil réis”.

Concluída a travessia, Mauricio e seu ajudante retornaram para descarregar a erva-mate. Na oportunidade, perguntou a Gregório Dotto sobre como deveria fazer para atravessar para o Paraguai. O encontro de Thadeu e Mauricio do lado paraguaio nos oferece uma possibilidade única de compreender como seria a forma adequada de se atravessar a fronteira. De acordo com Dotto, “em uma bodega tinha um posto policial, e ali tirava licença”. Foi o que fez Mauricio e então atravessou para o Paraguai onde encontrou com quem acreditava ser o Dr. Lacerda.

Do porto Curupaity, o suposto Dr. Lacerda escreveu uma carta a ser entregue em Curitiba, para Mauricio receber pela viagem. Não mencionou valores, apenas pediu à sua esposa que sesse “a ele o máximo possível, até a venda dos nossos prédios”. Também informou que seu destino era Vila Rica ou Asunción para “iniciarmos nova vida livre dessa política que procura desgraçar um homem honesto”.²⁵ Por fim, Mauricio não recebeu os prometidos 3 contos de réis pela viagem à fronteira. De acordo com as investigações da Delegacia Regional de Foz do Iguaçu, em 22/11/1940, o fugitivo (até então não identificado) embarcou na lancha Mariscal Lopez com destino à Encarnación. A polícia ainda soube das autoridades paraguaias que a “documentação [do] fugitivo

23 Em uma informação sobre os portos do rio Paraná, a Chácara Antônio Carvalho é mencionada indicando sua localização em frente ao porto paraguaio de Curupaity e ficava entre os portos Bela Vista e União. Levantamento completo das diversas localidades existentes na costa do rio Paraná, 12/12/1942, Prontuário 499b, DOPS/PR, APP.

24 Radiograma 210, 24/11/1940, Prontuário 1022, DOPS/PR, APP.

25 Carta sem remetente, destinatária Erminia Mendes Franco, 16/11/1940, Prontuário 1022, DOPS/PR, APP.

[estava] em perfeita ordem”.²⁶

O caso deste fugitivo identificado como Thadeu Teixeira Alves possibilita algumas considerações sobre o espaço fronteiriço na década de 1940. A primeira constatação é a de que o trajeto Laranjeiras-Foz do Iguaçu não era o mais indicado para um sujeito em fuga, por pelo menos dois motivos. A rota oferecia consideráveis obstáculos, a ponto de se demorar trinta horas para percorrer os últimos 130 quilômetros de viagem. Além disso, para os padrões da época, a polícia civil estava relativamente bem preparada, com o mínimo de comunicação telegráfica entre Curitiba, Ponta Grossa, Guarapuava e Foz do Iguaçu. Contudo, a fronteira oeste do Paraná/leste do Paraguai era tão permeável na década de 1940 quanto no contexto da globalização do século XXI.

A travessia do espaço fronteiriço demonstrou uma conexão com o principal produto econômico da região. Apesar de quaisquer outros ramos que se possa aventar (como o turismo), o que movimentava os pequenos vilarejos ou agrupamento de pessoas era a economia da erva-mate. Essa atividade também exigia uma quantidade considerável de portos tanto do lado brasileiro quanto do lado paraguaio da fronteira, o que a tornava ainda mais permeável. O registro do caso de Thadeu chama a atenção para dois aspectos da narrativa policial. O contato da polícia de Foz do Iguaçu com alguma autoridade policial, ou oficial, paraguaia é significativo de que os limites nacionais não somente eram conhecidos como respeitados. Apesar disso, o elemento nacional se faz presente em passagens como aquelas que mencionamos e nas quais o elemento “argentino ou paraguaio” é indicado como o agente facilitador da travessia ilícita, assim como o “passador” de nacionalidade brasileira é registrado como aquele que resistiu ao suborno. Implícito nessa narrativa fronteiriça policial está a nacionalidade e a representação de um lado como, no mínimo, mais honesto e de moral mais elevada que outro.

Por fim, o caso de Thadeu foi elucidado e a documentação juntada no dossiê 1022. O desfecho do processo não é conclusivo para os depoentes mencionados. Não há indícios de que o motorista Maurício Jauquim, ou mesmo o hoteleiro Jacó Cavagnari, tenha sido considerado cúmplice de algum crime. Se o dossiê 1022 fosse exclusivo para tratar de informações do fugitivo Thadeu, teria sido encerrado nos documentos de dezembro de 1940. Pelo contrário, a pasta ainda teve uma considerável movimentação ao longo de 1941, especialmente no primeiro semestre. A continuação da leitura dos documentos do processo indica que ele mudou de rumo, mantendo o nome de Thadeu Teixeira Alves como alvo, mas a ele adicionando novas pessoas. Em comum, todas residiam na capital paraguaia.

26 Radio 210, 24/11/1940, Prontuário 1022, DOPS/PR, APP.

A transfronteirização da DOPS/PR

Na década de 1940, o Brasil não dispunha de um serviço de inteligência centralizado e organizado. Os órgãos precursores da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), como o Serviço Federal de Informações e Contra-Inteligências (SFICI), só seriam criados no final da década de 1950. Isso significa que não havia uma supervisão e coordenação de atividades de informações e contrainformações no Brasil e exterior. Mesmo assim, são conhecidas algumas formas de obter informações sobre pessoas e atividades contrárias ao governo e/ou ao interesse nacional.

No Rio de Janeiro, no início dos anos 1930 formou-se a primeira força policial civil em nível federal. Não por coincidência, após a Revolução Constitucionalista de 1932, o governo Vargas executou uma estratégia para centralizar o controle das polícias estaduais no que se refere às questões de ordem política e social (CANCELLI, 1994). Outro evento chave para o controle federal foi a Intentona Comunista de 1935. Assim, na segunda metade da década de 1930, havia uma polícia especializada, às quais as polícias estaduais se subordinavam, e um Tribunal de Segurança Nacional (TSN). O TSN foi um órgão militar (1936-1945), criado exclusivamente para julgar crimes políticos e contra a economia popular (BRASIL, 1936).

O caso de Thadeu Teixeira Alves se enquadra nesse contexto. De acordo com o inquérito policial, uma gestão fraudulenta o levou a ser julgado e condenado pelo TSN.²⁷ Nesse sentido, a análise do dossiê 1022 permite compreender o fluxo dos processos iniciados pelas DOPS dos Estados, encaminhado e julgado pelo TSN na capital federal. Além disso, o processo “Fugitivos políticos para a República do Paraguai” ainda nos possibilita compreender como foram os primeiros passos de um serviço de informações no exterior, mais precisamente no Paraguai.

Da leitura dos autos do processo, a primeira metade dos documentos parece que o dossiê 1022 é exclusivamente sobre um fugitivo para o país vizinho pela fronteira do Paraná. Contudo, na segunda metade, Thadeu Teixeira Alves aparece como um dos vários nomes de brasileiros que buscaram exílio na capital Asunción. Enquanto a primeira parte dos documentos colocam questões sobre a historicidade da fronteira e temáticas regionais, a segunda nos permite indagar sobre a condição internacional e o transbordamento da fronteira pela DOPS/PR.

Há indícios de que a DOPS/PR tenha se tornado referência no levantamento de informações sobre brasileiros no Paraguai. No dia 10 de junho de 1941, por exemplo, a DOPS/SP solicitou informações sobre um cidadão chamado João Caminha da Rocha.²⁸ A DOPS/PR respondeu que “chegou de Assunção” informações segundo a qual o referido estava na capital paraguaia.²⁹ Outro

27 Relatório do Inquérito Policial Procedido pela Delegacia do 4o Distrito de Curitiba, a respeito da Empresa Nacional de Comércio e Construções do Sul S.A. Prontuário 1326, DOPS/PR, APP.

28 Ofício 143, 09/06/1941, Prontuário 1022, DOPS/PR, APP.

29 Ofício 646, 11/06/1941, Prontuário 1022, DOPS/PR, APP.

documento por meio do qual a DOPS/PR ressalta essa condição é uma resposta ao TSN, que consultava sobre o cumprimento da pena de quatro condenados, incluindo Thadeu Teixeira Alves.³⁰ Em resposta, a DOPS/PR informou que Thadeu “se encontra atualmente em Assunção, capital da República do Paraguai”.

Poderia se argumentar que as informações da DOPS/PR sobre Thadeu eram baseadas na sua passagem pela fronteira e nas declarações de Mauricio Jauquim. Nessa lógica, como explicar que a delegacia também tinha informações sobre João Caminha da Rocha? Na resposta à delegacia de São Paulo, encontra-se: “nesta seção consta informação recebida de Amadeo Paes de Lima de Asunción”.³¹ Trata-se de uma referência a um documento classificado como secreto, datado de 23 de fevereiro de 1941, e intitulado “Relação de brasileiros residentes no Paraguai”, em um papel com timbre da “Casa Luzo Brasileira de Amadeo Paes de Lima – casa de câmbio”. É tudo o que temos sobre o nome dessa pessoa e desse estabelecimento.³²

Esse documento traz informações sobre Thadeu Teixeira Alves, João Caminha da Rocha e mais sete pessoas, todas residentes em Asunción. Thadeu parece ser o motivo principal do relatório, pois outros três nomes são associados a ele. Tratam-se do próprio João Caminha, que seria seu “amigo íntimo”, de Roberto Pereira de Souza, seu “chauffeur”, e de Heitor Borges seu “amigo”. Heitor figura como o primeiro nome da lista, sendo considerado pelo autor do texto como um homem de negócios que “não ataca a administração do Dr. Getúlio Vargas, mas não defende”.³³

A propósito, alguns meses após a elaboração da relação de brasileiros, o então Presidente Getúlio Vargas fez a primeira visita de um chefe de Estado do Brasil ao Paraguai.³⁴ Muito possivelmente, as pessoas relacionadas teriam condições de ver o presidente brasileiro de perto na capital paraguaia. Isso porque se tratava de uma cidade pequena, e também porque alguns desses brasileiros ocupavam cargos públicos e boa reputação junto ao governo do Paraguai. Um homem chamado José Severino Pinto, por exemplo, foi classificado como “bem relacionado com autoridades civis e militares”.³⁵

Poderíamos até mesmo especular sobre a segurança de Vargas em Asunción, diante de daqueles exilados e desafetos, de acordo com o relatório. O médico Fernando Moura Viana, foi indicado como tendo sido nomeado como administrador (algo como um prefeito) em Juty, município próximo de Encarnación. Ligados a ele, estavam outros dois nomes: Dr. Felipe Willian

30 Telegrama 175, 09/08/1941, Prontuário 1022, DOPS/PR, APP.

31 Ofício 143, Prontuário 1022, DOPS/PR, APP.

32 Relação de brasileiros residentes no Paraguai, 23/02/1941, Prontuário 1022, DOPS/PR, APP.

33 Relação de brasileiros residentes no Paraguai, 23/02/1941, Prontuário 1022, DOPS/PR, APP.

34 Jornal *O Globo*, edição de 1 de agosto de 1941. No destaque sobre a chegada de Vargas a Assunção, lê-se: “Serão solenemente ratificados pelos dois chefes de governo os tratados assinados recentemente assinados com o Paraguai”.

35 Relação de brasileiros residentes no Paraguai, 23/02/1941, Prontuário 1022, DOPS/PR, APP.

(médico) e Antônio Carmo (auxiliar), sobre os quais não há mais informações. Já sobre o Dr. Viana, tratava-se de um “propagandista de Luiz Carlos Prestes [...] explica com detalhes aos civis e militares, fazendo crer as barbaridades que sofrem os contrários do governo”.³⁶

A menção a Luiz Carlos Prestes invoca o comunismo e os “subversivos” dessa categoria que eram conhecidos da polícia política praticamente desde a sua formação. João Caminha da Rocha, o nome consultado pela polícia de São Paulo, também foi classificado como “revoltado pela condenação de Luiz Carlos Prestes”. O líder comunista havia sido condenado a trinta anos de prisão pelo TSN, pela morte da jovem militante Elza Fernandes.³⁷ O caso teve repercussão internacional e movimentou os exilados brasileiros, especialmente políticos e intelectuais, que viviam em outros países. Esse movimento considerava a condenação injusta e se articulava pedindo a liberdade de Prestes (ABREU e CARNEIRO, 2001, p. 18).

No relatório sobre os brasileiros residentes em Asunción, duas vezes mais citado do que o líder comunista e perdendo apenas para Getúlio Vargas (seis vezes mencionado), estava o nome do político paulista Armando de Sales Oliveira. Aliás, o estado de São Paulo foi citado 6 vezes, sendo que das demais unidades da federação apenas a Bahia e Paraná também receberam 1 e 2 citações, respectivamente. O já mencionado José Severino Pinto, era também um “grande propagandista”, de Armando Salles. Salles foi um político paulista, interventor e governador de São Paulo de 1933 a 1936. Deixou a política estadual para disputar a eleição presidencial, prevista para de 1938, mas que não ocorreu em virtude do Estado Novo (1937). Por suas atividades políticas, foi colocado em prisão domiciliar e depois foi para o exílio nos Estados Unidos e depois na Argentina. A propósito, as informações de Asunción davam conta de que Thadeu Teixeira Alves “tenciona ir a Buenos Aires conferenciar com o Dr. Armando Salles”.³⁸

Da lista de Amadeo Paes de Lima, Thadeu Teixeira Alves é o único que recebe menção de ter sido condenado por crime comum. Na seção anterior também vimos que sua condenação não era por crime político. Ao chegar na capital paraguaia, Thadeu passou a frequentar um círculo de exilados políticos e não é estranho que estivesse fazendo planos que envolvessem políticos e exilados. Apesar disso, Armando Salles não se encontrava na Argentina em 1941. Ele chegaria ao país vizinho somente em 1943, depois de uma breve passagem pelo México, já que os Estados Unidos lhe negavam um visto para a Argentina. Os americanos, temiam que uma possível articulação de Salles em oposição a Vargas pudesse enfraquecer o governo brasileiro e criar mais um foco de instabilidade na América do Sul (KELLER, 2001, p. 12).

36 Relação de brasileiros residentes no Paraguai, 23/02/1941, Prontuário 1022, DOPS/PR, APP.

37 Condenados todos a trinta anos. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 27/11/1940, ano 12, n. 3820.

38 Relação de brasileiros residentes no Paraguai, 23/02/1941, Prontuário 1022, DOPS/PR, APP.

Apesar de não ter sido dado ênfase nesse artigo, o período entre o final de 1940 e 1941, a Segunda Guerra Mundial ocupava cada vez mais espaço nas agendas internas e internacionais dos Estados. Em nível internacional, a preocupação dos Estados Unidos com a instabilidade interna na Argentina e sua política de neutralidade (com ares de favorecimento) em relação ao Eixo, tornava o fortalecimento do Brasil de Getúlio Vargas uma questão estratégica seriamente colocada até 1943 (OLIVEIRA, 2019). Foi muito provavelmente essa guinada nas agendas que também levou à DOPS/PR a praticamente interromper abruptamente a composição do dossiê 1022. Os exilados políticos no Paraguai perderam importância para outra categoria de subversivos que passaram à ordem do dia: os súditos do Eixo. Nesse novo contexto, também são conhecidas atividades de transfronteirização da DOPS/PR, mas na fronteira Brasil-Argentina (SILVA, 2021a).

Na fronteira Brasil-Paraguai, as atividades sociais fronteiriças eram de baixa intensidade e a probabilidade de se formar uma rota de fuga de fugitivos políticos pelo oeste do Paraná era pequena. A análise completa do dossiê “Fugitivos políticos para a República do Paraguai” permite visualizar que o nome de Thadeu Teixeira Alves, talvez o motivador inicial do dossiê, se tornou apenas um entre outros que foram observados em Asunción. Paradoxalmente, Thadeu não era um fugitivo político, mas o levantamento de informações a seu respeito em território transfronteiriço levou a DOPS/PR a coletar informações de interesse nacional sobre o paradeiro e as atividades políticas de um grupo de exilados.

Na ausência de um serviço de inteligência centralizado, a atuação da DOPS/PR na fronteira com o Paraguai certamente teria muita valia caso fosse de relevância nacional. Contudo, o dossiê é abruptamente encerrado e não se tem mais atualizações sobre os “fugitivos para o Paraguai”. A descontinuidade da pasta pode ter ocorrido por diversos motivos, sendo que ao menos duas hipóteses coincidiram. A primeira é aquela já mencionada, segundo a qual a DOPS/PR teve de se ocupar com a nova categoria de subversivos, os súditos do Eixo. A segunda hipótese está associada às mudanças políticas na vida nacional que tornaram o exílio dispensável. A perseguição política do Estado Novo não subsistiu após 1945, sendo que até mesmo Luiz Carlos Prestes obteve liberdade. Armando Salles fatalmente faleceu na Argentina e há boas chances de que seus simpatizantes em Asunción, por motivos diversos, possam ter retornado ao Brasil.

Considerações finais

A proposta desse artigo foi historicizar a fronteira Brasil-Paraguai, especialmente no espaço chamado de leste do Paraguai e oeste do Paraná. Mais especificamente, a análise recortou a região da Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai, no início da década de 1940. Trata-se de um recorte que possibilita compreender um espaço em uma temporalidade não tão distante do

presente, mas fisicamente completamente distinto. Nos anos 1950, se formou uma “conjuntura crítica” que tornou a Tríplice Fronteira o ponto de conexão entre ambos os países na rota Asunción-Paranaguá. Desde então, o sentido da fronteira mudou drasticamente assumindo a posição de principal porta de acesso do Paraguai ao Oceano Atlântico e ao comércio internacional. Isso fez com que a região da Tríplice Fronteira se tornasse uma das mais complexas e populosas regiões fronteiriças da América Latina.

Para compreender a região antes da formação dessa “conjuntura crítica”, as fontes utilizadas foram aquelas encontradas no acervo da DOPS/PR, em especial o dossiê 1022. A análise desse conjunto de documentos levou à construção de dois argumentos. A descrição da fuga de Thadeu Teixeira Alves em novembro de 1940, de Laranjeiras a Foz do Iguaçu, demonstrou que era pouco provável que o oeste do Paraná se convertesse em rota de fuga para fugitivos políticos com destino ao Paraguai. Apesar da permeabilidade da fronteira, a autoridade policial do Paraná estava consideravelmente organizada, pelo menos no sentido de levantar informações e proceder a algum monitoramento de atividades suspeitas na fronteira. Além disso, as fontes policiais permitem uma melhor compreensão do espaço fronteiriço na medida em que os autos de declarações prestados à polícia contém detalhes da viagem, da rota Laranjeiras-Foz do Iguaçu, das possibilidades (lícita e não lícita) de se atravessar para o Paraguai e da articulação, em algum nível, de autoridades do lado brasileiro e do lado paraguaio da fronteira.

Para além das questões fronteiriças locais, o processo ainda permite lançar luzes sobre a atuação de exilados políticos do outro lado da fronteira. Nesse artigo, esse processo foi chamado de transfronteirização da DOPS/PR. De alguma forma, a delegacia do Paraná se tornou referência na informação sobre exilados políticos no Paraguai. Isso é relativamente interessante considerando que, em nível nacional, as relações estreitas entre Brasil e Paraguai estavam apenas nos primeiros passos. No momento em que não havia um serviço de inteligência organizado, a DOPS/PR encontrou uma forma de saber o paradeiro daquele que havia fugido pelo oeste do estado. Mais do que apenas ele, reuniu informações que diziam respeito a opositores da ditadura do Estado Novo. Contudo, antes mesmo de chegar ao fim a ditadura de Vargas, cessaram as informações novas sobre os exilados políticos em Asunción.

No ano de 1941, as tensões internacionais em torno da Segunda Guerra Mundial se tornavam mais evidentes. Em dezembro, os Estados Unidos foram atacados pelos japoneses e o conjunto dos Estados Americanos foi conclamado a declarar guerra ao Eixo. Em 15 de janeiro de 1942, o Brasil rompeu relações diplomáticas e políticas com os países do Eixo e passou a seguir recomendações de manter vigilância sobre os nacionais e descendentes principalmente da Alemanha, Itália e Japão. Esses novos potenciais subversivos foram os principais alvos da

DOPS/PR ao longo de 1942 e 1943. Nessa conjuntura, as relações com a Argentina se tornaram ainda mais relevante e a transfronteirização da DOPS/PR é observável na Tríplice Fronteira, mas a partir de outro ângulo: Brasil-Argentina. Sobre esse episódio há outras fontes no acervo do Arquivo Público do Paraná e será necessário uma análise específica.

Referências

- ABREU, A. A.; CARNEIRO, A. Luiz Carlos Prestes. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. p. 1-40.
- BANDEIRA, M. A integração da América do Sul como espaço geopolítico. In: *FUNAG Integração da América do Sul*. Brasília: FUNAG, 2010.
- BLANC, J. *Before the Flood: The Itaipu Dam and the Visibility of Rural Brazil*. Durham: Duke University Press, 2019.
- BLANC, J.; FREITAS, F. *Big Water: The Making of Borderlands Between Brazil, Argentina and Paraguay*. Chicago: University of Arizona Press, 2018.
- BRASIL. *Lei nº 244 – Institui, como órgão da Justiça Militar, o Tribunal de Segurança Nacional, que funcionará no Distrito Federal sempre que for decretado o estado de guerra*. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1936.
- CANCELLI, E. *O mundo da violência: a polícia política da Era Vargas*. Brasília: EDUNB, 1994.
- CHESTERTON, B. M. From Porteño to Pontero: the Shifiting of Paraguayan Geography and Identity in Asunción in the Early Years of the Stroessner Regime. In: BLANC, J.; FREITAS, F. *Big Water: The Making of Borderlands Between Brazil, Argentina and Paraguay*. Chicago: University of Arizona Press, 2018. p. 242-266.
- DORATIOTO, F. *Evolução das relações Brasil-Paraguai: síntese histórica*, 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/29236653/Evolução_das_relacoes_Brasil_Paraguai_s%C3%ADntese_hist%C3%B3rica>. Acesso em: 30 abril 2021.
- FRANK, Z. Foreword. In: BLANC, J.; FREITAS, F. *Big Water: The Making of Borderlands Between Brazil, Argentina and Paraguay*. Chicago: University of Arizona Press, 2018. p. vii-x.
- FREITAS, F. *Nationalizing Nature: Iguazu Falls and National Parks at the Brazil-Argentina Border*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.
- HOBSBAWM, E. *Globalização, Democracia e Terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- KELLER, V. Armando de Salles Oliveira. In: ABREU, A. A. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. p. 1-13.
- LEWIS, D. K. *A South American Frontier: The Tri-Border Region*. New York: Infobase

Publishing, 2006.

LISBOA, M. T.; MARTÍNEZ, F. E. M. Path dependence in the Tri-Border Area. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*. Toronto, 2021. 1-26.

OLIVEIRA, D. “A pior deficiência do Brasil”: aliança militar Brasil-EUA, políticas de transporte e as negociações sobre uso de bases militares no pós-guerra (1943-1945). *Revista Nordestina de História do Brasil*. Cachoeira, 1, n. 2, jan./jun. 2019. 55-91.

SILVA, M. A. A ocupação do espaço brasileiro da Tríplice Fronteira. In: PRIORI, A.; BERTONHA, J. F. *Imigração e Colonização: conflitos pela terra no Paraná e em São Paulo entre os séculos XIX e XX*. Guarapuava: EDUNICENTRO, 2015.

SILVA, M. A. The Triple Frontier Again: The terrorism nexus and what has changed in the Argentina, Brazil, and Paraguay borderland since 2001. *Mural Internacional*. Rio de Janeiro, 9, n. 2, dez. 2018. 175-181.

SILVA, M. A. *A Segunda Guerra Mundial e a Tríplice Fronteira: a vigilância aos "súditos do Eixo" alemães e italianos*. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021a.

SILVA, M. A. Entre antropólogos e internacionalistas: as perspectivas acadêmicas pós-11 de setembro. In: SILVA, M. A. D.; CASTRO, I. C. S. *Além dos Limites: A Tríplice Fronteira nas Relações Internacionais Contemporâneas*. São Paulo: Alameda, 2021b.

SILVA, P. R. D.; DIAS JUNIOR, W. D. A. O "progresso" e a "falta": representações e relações Brasil-Paraguai no Jornal O Globo durante a construção da Ponte da Amizade (1956-1965). *Territórios e Fronteiras*. Cuiabá, 12, n. 2, ago-dez 2019. 7-32.

WACHOWICZ, R. *Obrageiros mensus e colonos: história do oeste paranaense*. Curitiba: Vicentina, 1982.

YEGROS, R. S.; BREZZO, L. M. *História das Relações Internacionais do Paraguai*. Brasília: FUNAG, 2013.